

PROCESSO TCE Nº 20.365.2015-60
ENTIDADE: Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre - CDSA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre – CDSA, exercício 2014.
RESPONSÁVEL: Alberto Tavares Pereira Júnior
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

ACÓRDÃO Nº 10.966/2018

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMPANHIA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ACRE – CDSA. EXERCÍCIO 2014. REGULARES COM RESSALVAS.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro, por julgar as contas **Regulares com Ressalvas** em face das falhas contábeis apresentadas, ausência de controle interno e na elaboração do inventário patrimonial com a recomendação ao atual gestor para a correção das mesmas. Após, pelo arquivamento dos autos.

Rio Branco – Acre, 01 de novembro de 2018.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC, em exercício

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO TCE N° 20.365.2015-60-TCE

ENTIDADE: Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre.

NATUREZA: Prestação de Contas

INTERESSADO: ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR

ASSUNTO: (Prestação de Contas da Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre, exercício de 2014).

RESPONSÁVEIS: ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR

PROCURADOR:

RELATOR: CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

RELATÓRIO

1) Tratam os autos das Contas de gestão da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ESTADO DO ACRE, exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR** – Diretor Presidente, encaminhada a este Tribunal para julgamento das contas dos Administradores e demais responsáveis, em conformidade com o art. 71, inciso II, da Constituição Federal de 1988, art. 61, inciso II, da CE/89, art. 36, inciso I, da LCE nº 38/93 e art. 6º, inciso III, do RITC.

2) Encaminhada a documentação à DAFO, a 3ª IGCE emitiu Relatório Preliminar de Análise Técnica de (fls. 220/242), **concluindo** que o gestor deve prestar esclarecimentos sobre os seguintes achados:

- a) **Ausência dos valores comparativos nas Demonstrações Contábeis apresentadas, infringindo a Lei Federal nº 6.404/76, art. 176, § 1º, (item 5);**
- b) **Divergência apurada de R\$ 805,42 entre o Relatório de Inventário Geral de Bens Móveis e o valor registrado no Balanço Patrimonial (item 5.1);**

- c) Ausência de comprovação do Saldo Financeiro no valor de R\$ 3.101,33;**
- d) Inconsistências e Divergências da Demonstração de Resultado do Exercício assinada pelo profissional da área de contabilidade, quando comparadas àquela auditada e publicada (item 5.2);**
- e) Inobservância à Resolução nº 76/2012 do Tribunal de Contas, em face da ausência de controle interno;**
- f) Divergência entre as demonstrações contábeis apresentadas pelo órgão e aquelas auditadas através da Auditoria independente no tocante às observações apontadas nas letras “a”, “b” e “c”, item 15.;**

Obs: Tais constatações ensejam irregularidades da Prestação de Contas, além de algumas falhas encontradas.

3) Citados, os Senhores Alberto Tavares Pereira Júnior e Maurílio da Gama Viga – Diretor Presidente e Contador respectivamente à época às (fls. 246/251), ambos solicitaram dilação de prazo por mais 15 (quinze) dias (fl.253), para apresentar defesa, cuja documentação foi juntada aos autos às (fls. 255/266), de forma tempestiva, conforme certidão da Secretaria das Sessões à (fl. 268).

4) Encaminhada a documentação à DAFO, a 3ª IGCE, apresentou Relatório Conclusivo de Análise Técnica de (fls. 270/286), acolhendo parcialmente as justificativas, mantendo, porém, as irregularidades, além das ressalvas apontadas no relatório preliminar, tais como:

a) Irregularidades:

a.1) Inconsistências e Divergências da Demonstração de Resultado do Exercício, assinada pelo profissional da área contábil, quando comparada àquelas auditada e publicada, item 2.4;

a. 2) Inobservância à Resolução nº 76/2012 desta Egrégia Corte de Contas, em face da ausência de controle interno, item 2.5;

a.3) Divergência entre as demonstrações contábeis apresentadas pelo órgão e aquelas auditadas através da auditoria independente no tocante às observações apontada na letra “b”, do item 15, do relatório preliminar. Item 2.6.

b) Ressalva:

b.1) ausência de nomeação da Comissão Inventariante Anual de Bens Móveis, em desobediência ao art. 7º, do Decreto Estadual nº 4.983 de 26/12/2012, item 2.7.

5) Encaminhado o processo ao Ministério Público de Contas, o seu ilustre Procurador **JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**, se pronunciou no feito às (fls. 290/291), dos autos.

6) Incluído na pauta de julgamento nº 1.257ª, retirei-o, para melhor instruí-lo.

7) À folha 293, encaminhei-o à DAFO, para observar a tempestividade do feito.

8) Em Relatório Conclusivo de Análise Técnica de (fls. 295/297), a 3ª IGCE conclui pelo julgamento das contas como irregulares e aplicação de multa, solidária aos responsáveis, notificando os mesmos para conhecimento dos achados de auditoria.

9) Encaminhado ao Ministério Público de Contas, o seu ilustre Procurador **JOÃO IZIDRO DE MELO NETO**, se pronunciou no feito às (fls. 301/302), dos autos.

Recebi o presente feito por distribuição em 24 de junho de 2015, e após a instrução devida, retornou ao meu gabinete em 17 de outubro de 2016.

É o relatório.

Rio Branco – Acre, 01 de novembro de 2018.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE N° 20.365.2015-60-TCE

ENTIDADE: **Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre.**

NATUREZA: **Prestação de Contas**

INTERESSADO: **ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR**

ASSUNTO: **(Prestação de Contas da Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre, exercício de 2014).**

RESPONSÁVEL: **ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR**

PROCURADOR:

RELATOR: **CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

VOTO

1) Diante do que foi analisado e dos achados de auditoria relacionados no Relatório Preliminar de Análise Técnica de (fls. 220/242) e, do Relatório Conclusivo de Análise Técnica de (fls. 270/286) e ainda, do Relatório Conclusivo de Análise Técnica - Complementar de (fls. 295/297), **que concluiu**, opinando pelo julgamento das contas da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre – CDSA, como **irregulares**, também, pela aplicação de multa solidária ao Diretor Presidente e ao Contador à época, **pugnando** aos responsáveis atuais, para correção das medidas necessárias que o caso requer.

Considerando tudo mais que dos autos constam, **VOTO:**

1) Pela emissão de **Acórdão**, considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas **Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre**, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor **ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR** – Diretor Presidente à época, com fulcro no art. 51, inciso III, alínea “**b**”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93;

2) Pela aplicação de **multa sanção** no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), ao Senhor **ALBERTO TAVARES PEREIRA JÚNIOR** – Diretor Presidente da CDSA à época, **ante a intempestividade** na apresentação desta Prestação de Contas, bem como por: **a) ausência** de criação do sistema de controle interno, **descumprindo** o que determina o art. 23 da Constituição Estadual, arts. 31 e 74 da Constituição Federal de 1988 e Resolução-TCE/AC nº 076/2012 (fls. 237 e 276/279) – a Resolução estabeleceu como marco para a obrigatoriedade da criação do sistema, o dia 1º, de abril de 2013 (01/04/2013); **b) Ausência** de nomeação da Comissão Inventariante Anual de Bens Móveis, **descumprindo** o Decreto Estadual nº 4.983/2012, art. 7º, (fls. 227 e 280/281); **as quais configuram condutas** previstas no art. 89, inciso II, e IV, da Lei Complementar Estadual nº 38/93;

3) Pela aplicação de **multa sanção** ao Senhor **MAURÍLIO DA GAMA VIGA** – Contador à época, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), com fulcro no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, **responsável** pela geração das informações contábeis em meio físico e eletrônico, bem como pelo seu encaminhamento à esta Corte de Contas, ante a **divergência** e **inconsistência** na **Demonstração de Resultado do Exercício**, quando consideradas as análises e documentos produzidos pelo Contador na entidade e pela auditoria independente de (fls.229/230 e 275/276);

4) Pela comunicação ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, para as providências que entender adotar, quanto a conduta dos profissionais, cujo exercício profissional está sob sua jurisdição, **em face da Divergência e inconsistência na Demonstração de Resultado do Exercício, quando consideradas as análises e documentos produzidos pelo Contador da entidade e pela auditoria independente (fls. 229/230 e 275/276).**

Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco-Acre, 01 de novembro de 2018.

José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro-Relator

PROCESSO TCE Nº 20.365.2015-60
ENTIDADE: Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre - CDSA
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas da Companhia Agência de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Acre – CDSA, exercício 2014.
RESPONSÁVEL: Alberto Tavares Pereira Júnior
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria
VOTO VENCEDOR: Cons. Antonio Jorge Malheiro

VOTO VENCEDOR

VOTO:

1. Por julgar as contas **Regulares com Ressalvas** em face das falhas contábeis apresentadas, ausência de controle interno e na elaboração do inventário patrimonial com a recomendação ao atual gestor para a correção das mesmas.

2. Após, pelo arquivamento dos autos.

É como Voto.

Rio Branco – Acre, 01 de novembro de 2018.

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**
Voto Vencedor